



Excelentíssimo Senhor Presidente,
Senhoras Deputadas,
Senhores Deputados,

A criação da Reserva do Sauim-de-Coleira, embora destinada à preservação de uma espécie criticamente ameaçada, apresenta um conjunto de desafios e críticas legítimas, especialmente no que tange ao impacto socioeconômico sobre os produtores rurais que residem na área demarcada.

A principal crítica à criação da reserva está relacionada à situação dos produtores rurais que dependem da terra para sua subsistência. A transformação de terras produtivas em áreas protegidas pode levar a um deslocamento forçado dessas comunidades, que perderiam seu meio de vida. Essa mudança abrupta pode resultar em insegurança alimentar e pobreza extrema, colocando em risco a sobrevivência dessas famílias.

Muitas vezes, processos de criação de reservas ambientais falham em incluir adequadamente as comunidades locais nas discussões e tomadas de decisão. A ausência de uma consulta ampla e significativa pode gerar ressentimento e resistência entre os moradores, que se sentem marginalizados e desconsiderados em decisões que afetam diretamente suas vidas.

A implementação de áreas protegidas deveria vir acompanhada de programas robustos de reassentamento e de criação de alternativas econômicas para os afetados. No entanto, a falta de políticas



eficazes de compensação e apoio pode agravar a vulnerabilidade dessas comunidades. Sem um plano claro e viável de transição, os produtores rurais podem enfrentar grandes dificuldades em encontrar novos meios de sustento.

Há um conflito evidente entre a conservação ambiental e as necessidades humanas imediatas. A proteção do Sauim-de-Coleira é vital para a biodiversidade, mas não deve ocorrer à custa da subsistência das pessoas. É essencial encontrar um equilíbrio que permita a coexistência sustentável das atividades humanas com a conservação da natureza.

Os processos de desapropriação e criação de reservas podem gerar insegurança jurídica, com disputas sobre direitos de propriedade e uso da terra. A falta de clareza e justiça nesses processos pode resultar em longas batalhas legais, exacerbando a incerteza e a ansiedade entre os produtores rurais.

Portanto, é crucial envolver as comunidades locais desde o início, garantindo que suas vozes sejam ouvidas e que possam contribuir para o planejamento da reserva.

Além disso, deve haver mecanismos de compensação justa e apoio para a transição econômica dos produtores rurais, incluindo programas de capacitação e emprego.

Podemos explorar modelos de conservação que permitam a coexistência sustentável entre as atividades humanas e a proteção ambiental, como sistemas agroflorestais ou reservas extrativistas.



O governo deve fornecer suporte contínuo, tanto financeiro quanto técnico, para ajudar as comunidades afetadas a se adaptarem às novas realidades.

A crítica à criação da Reserva do Sauim-de-Coleira não se opõe à conservação, mas destaca a necessidade de um planejamento inclusivo e equilibrado que proteja tanto a biodiversidade quanto os direitos e a sobrevivência das comunidades locais.

Solicito a divulgação deste discurso nos meios de comunicação da Câmara dos Deputados e no programa Voz do Brasil.

Brasília, 12 de Junho de 2024.

Capitão Alberto Neto
Deputado Federal
PL/AM

